



Proposta de Orçamento de Estado para 2026

Pedro Braz Teixeira

21 de Outubro de 2025

Resumo

A proposta do OE26 é ligeiramente optimista, quer no cenário macro, quer nas metas orçamentais, mas as diferenças são suficientemente reduzidas para não suscitarem grandes inquietações.

Não há grandes mudanças em quase nenhuma das grandes variáveis orçamentais, o que tem a vantagem da estabilidade e da diminuição de riscos.

Onde se esperam mais alterações é por via da reforma do Estado, cujos objectivos não são essencialmente orçamentais, mas de melhoria da eficiência e de diminuição da morosidade, cujos resultados se aguardam.

Cenário macroeconómico

O Relatório do OE26¹ tem um cenário macroeconómico que é ligeiramente mais optimista do que a generalidade das instituições. Há unanimidade de que o crescimento em 2026 será um pouco melhor do que o registado em 2025, que acabou por decepcionar um pouco, até porque o PIB de 2024 foi revisto em alta, de 1,9% para 2,1%. No entanto, a diferença é suficientemente pequena para não colocar em causa as perspectivas sobre as contas públicas.

1

<https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/Paginas/OrcamentosEstado.aspx?Ano=2025&TipoOE=Proposta+de+Or%u00e7amento+do+Estado>



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Perspectivas sobre o PIB

Fonte	Data	2025	2026	2027
Comissão Europeia	mai-25	1,8	2,2	
OCDE	jun-25	1,9	1,9	
Conselho das Finanças Públicas	set-25	1,9	1,8	1,6
Banco de Portugal	out-25	1,9	2,2	1,7
Católica	out-25	1,8	2,0	2,2
Ministério das Finanças	out-25	2,0	2,3	
FMI	out-25	1,9	2,1	1,5

Acrescente-se que as previsões para 2027, quando disponíveis, não parecem incorporar qualquer efeito das reformas estruturais anunciadas pelo governo.

Metas orçamentais

Em relação ao saldo orçamental, o governo estima conseguir um excedente em 2025 e 2026, um valor um pouco mais optimista do que o das restantes instituições. Este optimismo fundar-se-á num crescimento económico superior, bem como na margem discricionária de que o ministro dispõe, que não é incluída nas outras estimativas. Na verdade, o excedente de uma décima do PIB é muito mais simbólico do que economicamente relevante. Mesmo os défices projectados pela Comissão Europeia e pelo Conselho das Finanças Públicas não colocam em causa a trajectória de redução da dívida pública estimada por estas entidades.

Perspectivas sobre saldo orçamental (% do PIB)

Fonte	Data	2025	2026	2027
Comissão Europeia	mai-25	0,1	-0,6	
Conselho das Finanças Públicas	set-25	0,0	-0,6	-0,6
Ministério das Finanças	out-25	0,3	0,1	
FMI	out-25	0,2	0	-0,2

É curioso que o FMI esteja ainda mais optimista do que o governo na redução da dívida e no valor no final de 2026. De qualquer forma, o mais importante a salientar é que há unanimidade na antecipação de uma diminuição do rácio da dívida, quer



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

em 2026, quer em 2027 (nos casos em que há previsões). No caso do FMI, esta contracção da dívida é para continuar, pelo menos até 2030, último ano das previsões, atingindo então os 77,4% do PIB.

Perspectivas sobre a dívida pública (% do PIB)

Fonte	Data	2025	2026	2027
Comissão Europeia	mai-25	91,7	89,7	
Conselho das Finanças Públicas	set-25	91,2	89,4	88,1
Ministério das Finanças	out-25	90,2	87,8	
FMI	out-25	90,9	86,9	83,9

Contas públicas

Em relação aos grandes agregados, prevê-se uma ligeira redução da receita pública em percentagem do PIB, muito ligeira no caso da receita fiscal (de 24,3% para 24,1% do PIB). A despesa pública diminui também, mas muito ligeiramente, no consumo intermédio. Já a despesa com pessoal estabiliza e as prestações aumentam um pouco. Há também um ligeiro aumento do investimento, mas que poderia ser mais significativo, face ao recuo registado nos últimos anos.

Prosposta de OE26 (% do PIB)

Item	2024	2025	2026
Receita corrente	42,2	42,4	41,9
Receita fiscal	24,5	24,3	24,1
Receita total	43,1	44,2	43,8
Despesa corrente	39,0	39,4	39,1
Consumo intermédio	5,2	5,2	5,0
Pessoal	10,5	10,6	10,6
Prestações sociais	18,0	18,0	18,1
Investimento	2,7	3,3	3,4
Despesa total	42,6	43,9	43,7
Saldo orçamental	0,5	0,3	0,1
Dívida pública	93,6	90,2	87,8



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Principais medidas

“A proposta de orçamento para 2026 apresenta como prioridades a continuação do alívio da carga fiscal; a valorização das políticas de emprego público, através da dignificação do estatuto e das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública; a proteção das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como os idosos com baixos recursos; a prestação de serviços públicos de qualidade, com a promoção de medidas de simplificação e digitalização; a captação e valorização de talento e a criação de melhores condições e oportunidades para a juventude; e a aceleração da execução dos projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), intensificando o investimento público, sobretudo na área da habitação.” (p. 43)

Quadro 3.2. Principais medidas de política orçamental com impacto em 2026

(milhões de euros)

	2026
Receita	336
ISP	100
Isenção biocombustíveis (reversão) (i)	100
IRS	71
Receita decorrente do aumento de salários (i)	267
Atualização do limite do mínimo de existência	-85
Redução adicional taxas IRS	-111
IRC	-176
Redução taxa em 1 p.p. (i)	-300
SIFIDE indireto (reversão)	124
Contribuições sociais	341
Receita decorrente do aumento de salários (i)	341
Despesa	1 031
Despesas com pessoal	891
Aumento acordo de rendimentos (i)	512
Aumento RMMG (i)	116
Acordos salariais (i)	262
Prestações sociais	140
Reforço Complemento Solidário para Idosos (CSI)	140
Total de medidas (impacto no saldo)	-695

Nota: (i) invariante.

Fonte: Ministério das Finanças.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

No seu conjunto, estas medidas têm um impacto orçamental muito inferior ao dos anos anteriores, pelo que se pode dizer que não há mudanças significativas, pelo menos em termos de implicações imediatas sobre as contas públicas.

Fiscalidade

Listam-se algumas das medidas principais:

IRC

- **Redução do IRC.** Ainda que as medidas no IRC ocorram em processos legislativos autónomos, o Governo reitera o compromisso em reduzir novamente em 1 p.p a taxa de IRC de 20% para 19% em 2026, voltando a baixar para 18% e 17%, nos dois anos seguintes.

IRS

- **Novo corte de taxas do IRS e escalões actualizados em 3,51%.** As taxas do IRS vão ter um novo corte de 0,3 pontos percentuais entre o 2.º e 5.º escalão e os escalões vão ser actualizados em 3,51%.
- **Isenção de IRS e TSU nos prémios de produtividade.**

ISP

- **Fim dos descontos no ISP.** O desconto aplicado ao ISP, que vigora desde 2022, vai ser eliminado gradualmente, devendo o governo aproveitar “momentos de baixa dos preços”.

Outras medidas

- **Jovens vão acumular salário com subsídio de desemprego.** Os jovens desempregados, com idade inferior a 30 anos, que encontrem um trabalho vão poder acumular até 35% do valor mensal do subsídio de desemprego com o salário.

Link para a análise da Deloitte (em vídeos):

<https://www.deloitte.com/pt/pt/services/tax/research/orcamento-do-estado.html>



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Reforma do Estado

Em relação à reforma do Estado, para a qual há significativas expectativas, os objectivos e instrumentos parecem estar bem definidos, faltando aguardar a sua concretização e resultados.

“Com o objetivo último de eliminar barreiras à atividade económica, é prioridade do Governo a desburocratização e aceleração dos regimes de licenciamento, através da introdução de deferimentos tácitos e da eliminação de pareceres, pedidos, passos processuais e decisões desnecessárias ou redundantes, a começar já em 2026.

“Ao nível da organização interna das entidades da Administração Pública, está prevista a reforma dos seus processos e serviços, iniciando-se tal reforma por aqueles processos ou serviços com mais impacto na relação do Estado com os cidadãos e as empresas, que se pretende mais ágil e mais eficiente.

“Importa referir também a prioridade destacada pelo Governo de garantir a interoperabilidade das plataformas da Administração Pública, por forma a adotar o princípio da «uma só vez» — uma entidade em diálogo com os serviços públicos, seja individual ou coletiva, não deve ter de voltar a submeter informação que já haja antes sido apresentada junto da Administração Pública.

“Já no âmbito da digitalização da Administração Pública, a prioridade do Governo será acelerar, de forma transversal, a transformação tecnológica e digital do Estado.” (pp. 4-5).